



MOVIMENTOS DE CAMPONESAS NO BRASIL E NO EQUADOR: ESTUDO DAS INTERFACES DE POTENCIAL EMANCIPATÓRIO FRENTE À POSITIVAÇÃO DE DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

MOVEMENTS OF PEASANT WOMEN IN BRAZIL AND IN ECUADOR: A STUDY OF THE INTERFACES OF EMANCIPATORY POTENTIAL IN FRONT OF THE POSITIVENESS OF RIGHTS AND PUBLIC POLICIES

¹ Neusa Schnorrenberger

² Rosângela Angelin

Resumo: Apresenta-se um breve panorama dos movimentos sociais movimentos de camponesas no Brasil e no Equador: estudo das interfaces de potencial emancipatório frente à positivação de direitos e políticas públicas em prol das mulheres, seus aportes emancipatórios, limitações de suas lutas e positivação de direitos e políticas públicas em prol das mulheres. Em seguida, o texto se ocupa em apresentar os avanços de mulheres em dois países distintos envolto em suas nuances de políticas públicas para as mulheres voltadas no contexto de lutas dos movimentos de camponesas brasileiro e equatoriano. O estudo foi realizado por meio de uma metodologia monográfica e qualitativa empírica. Apresentando o resultado de avanços na seara de direitos e políticas voltadas para mulheres na seara camponesa, obtendo como resultado, um avançar no campo da emancipação por meio dos direitos alcançados e políticas públicas implementadas, entretanto persistindo nuances patriarcais no cotidiano de muitas mulheres que vivem no campo.

Palavras-chave: Brasil; Direitos; Equador; Movimento de Mulheres Camponesas; Políticas Públicas;

Abstract: A brief overview of the social movements of peasant women in Brazil and Ecuador is presented: a study of the interfaces of emancipatory potential in the face of the positivization of rights and public policies in favor of women, their emancipatory contributions, limitations of their struggles and the positivization of rights and public policies in favor of women. Then, the text deals with presenting the advances of women in two different countries, wrapped in their nuances of public policies for women focused on the context of struggles of the Brazilian and Ecuadorian peasant movements. The study was carried out using an empirical monographic and qualitative methodology. Presenting the result of advances in the area of rights and policies aimed at women in the peasant area, obtaining as a result, an advance in the field of emancipation through the rights achieved and implemented public policies, however, patriarchal nuances persist in the daily lives of many women who live in the field.

Keywords: Brazil; Rights; Ecuador; Peasant Women's Movement; Public policy;



O mundo é isso – revelou – um montão de gente, um mar de fogueirinhas. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento e gente de fogo louco que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não aluminam nem queimam: mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar e quem chegar perto pega fogo.

Eduardo Galeano (2002, p. 15).

Os movimentos de mulheres camponesas, por meio de suas integrantes, têm sido como centelhas de luz que ora iluminam, ora incendeiam o mundo em busca do devido reconhecimento identitário – como mulheres, como seres humanos, como parte integrante e ativa da sociedade, como cidadãs participativas – e, ao mesmo tempo, pautam a redistribuição de renda de modo a garantir-lhes maior legitimidade perante à sociedade, situações essas que coadunam com as teorias do reconhecimento estudadas anteriormente. Para alcançar as condições almeçadas, movimentos de mulheres, entre eles, o Movimento de Mulheres Camponesas e a Organização de Mulheres Santa Marta, têm lutado por positivar direitos e políticas públicas, essencialmente compreendidos como Direitos Humanos para as mulheres, bem como para (re)construir relações familiares e sociais mais equitativas.

O Movimento de Mulheres Camponesas, amplamente conhecido e reconhecido no Brasil como MMC, tem suas fundações diante das opressões sofridas no campo que, por inúmeras vezes, foram e continuam sendo vivenciadas pelas mulheres. No entanto, estas passaram a se reunir e se organizar em movimentos sociais especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, marcadas pela ditadura militar e por crises generalizadas no Brasil. Porém, esse também foi um período de “grande efervescência das lutas populares, de intensa mobilização e estruturação de diversas organizações sociais no campo.” (MMC/RS, 2005, p. 3). Importante destacar que, em período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, brasileiros e brasileiras possuíam poucos direitos frente à ordem estatal vigente, situação que só veio a melhorar a partir da organização da sociedade civil em movimentos sociais. Desta forma, “o crescimento da luta pelos direitos sociais democráticos e pela libertação das mulheres faz aumentar a organização das



mulheres em nível nacional. Entre várias organizações constitui-se a OMR (Organização das Mulheres da Roça), nos estados do sul do país.” (MMC/RS, 2005, p. 3).

Historicamente, o movimento das mulheres que vivem no campo surge nos anos de 1980, através de diferentes movimentos do campo em distintos estados brasileiros. A luta pelos direitos fora motivada pelo reconhecimento, tanto econômico, quanto identitário, ou seja, pela valorização das mulheres como trabalhadoras rurais. Além disso, lutavam por libertação, por sindicatos, por direitos trabalhistas e previdenciários, por acesso à documentos pessoais de identificação e, ainda, uma maior participação política. (LA VIA CAMPESINA, 2011).

Em 2001, as mulheres camponesas reuniram-se no estado do Rio Grande do Sul, na quinta Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizada entre os dias 23 a 26 do mês de novembro do referido ano, na cidade de São Leopoldo/RS. Do evento, participaram quatrocentas camponesas, as quais foram eleitas delegadas pelo MMC e pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Sob o lema “Mulheres da roça semeando a Nova Nação”, elaboraram estratégias de ação para o período de 2002 a 2004, dentre as quais, a consolidação do MMC em todo o Brasil.

A partir do exposto, constata-se que as mulheres camponesas, passaram a se articular em movimentos sociais, mantendo-se fortes e unidas em prol de suas reivindicações que, nos últimos anos, têm abrangido fortemente as questões ambientais. Não se pode negar que os movimentos de mulheres foram o grande impulso de mudanças na estrutura do trabalho feminino na agricultura, bem como reivindicam o reconhecimento identitário e redistribuição de renda no campo.

Dentro do projeto político do Movimento de Mulheres Camponesas, valores foram pactuados, ou seja, entre os sentimentos e convicções de ser integrante do movimento estão a ética, a solidariedade, o companheirismo, o engajamento, a coerência, a busca do saber, a responsabilidade, a honestidade, dentre outros. Entretanto, os princípios-base responsáveis por direcionar a ação, o Movimento e os objetivos que fazem as integrantes persistirem em suas demandas e, portanto, as mantêm enquanto organização, são a autonomia popular e classista democrática, de base feminista camponesa, que busca pelas relações de igualdade, luta e visão social. (MMC RS, 2005).



Dentro desse contexto de demandas pautadas pelo MMC, são promovidas reuniões, seminários, encontros, cursos de aperfeiçoamentos, congressos, protestos e manifestações sobre diferentes debates acerca da mulher camponesa. A defesa dos interesses contra a discriminação e opressão, bem como toda forma de violência, oportunizam autoconhecimento, criando uma consciência crítica à tramitação também em relação ao social. (ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO, 2018). Essa perspectiva se coaduna com a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2009), que sinaliza para a necessidade das pessoas serem autoras e se reconhecerem dentro do processo de reconhecimento social.

Importante destacar que a situação apresentada pelo referido autor não se dissipou no meio do campo com o surgimento dos movimentos de mulheres, mas existe um marco de resistência e de conquistas sociais e jurídicas nesse aspecto, a exemplo da constitucionalização do reconhecimento identitário das camponesas como trabalhadoras. Com a Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história do Brasil, as camponesas tiveram a oportunidade de acessar os direitos trabalhistas e previdenciários, tais como a aposentadoria e licença maternidade, garantindo a elas o acesso à renda estável e não variável. Ter acesso a uma renda tem aportado em maior autonomia e participação das mulheres em decisões de gerenciamento no núcleo familiar (SCHNORRENBARGER; ANGELIN, 2018a) e, ao mesmo tempo propicia, para muitas mulheres desse meio, uma mudança identitária significativa, a partir do fato de terem renda e acesso a ela. (FRASER, 2011).

Sobre a tomada de decisões acerca da renda e da produção na propriedade, pontua-se, inicialmente, que as camponesas brasileiras, em geral, possuem acesso a algum tipo de renda com a venda dos alimentos cultivados em suas hortas ou com o recurso provindo da aposentadoria; entretanto, isso não significa que essas mulheres tenham autonomia financeira ou poder de decisão. (CHIMINI, 2016)³. Uma das entrevistadas participantes evidencia a falta de autonomia financeira de muitas mulheres, mesmo depois de aposentadas: “mas depois que a mulher se aposenta, ainda tinha certos maridos [...] que ela recebia o dinheiro e ia para o pacote dele, outros não. Eu não tive esse problema, mas

³ Leticia Chimini é assistente social brasileira, com doutorado em Serviço Social e mestrado em Desenvolvimento Regional.



sei que teve muitos.” (P(MMC) 11, 2018)⁴. Isso demonstra a força do patriarcado e do domínio sobre as mulheres, o que interfere de forma direta na constituição da identidade dessas mulheres e no reconhecimento identitário.

Uma hipótese argumentativa e sensata para a elevada participação dessas camponesas na tomada de decisões familiares, a partir das observações e estudos da pesquisadora, foi a participação das mulheres no MMC, a qual tem propiciado mudança cultural identitária dentro das famílias das participantes. Entre tais mudanças estão a participação delas na comercialização dos produtos produzidos em feiras, a possibilidade de se reunirem na sede do MMC da região Litorânea por dias consecutivos, o incentivo às filhas mulheres desde a tenra idade a buscarem por suas realizações pessoais, a criação de uma cultura na qual todos os integrantes da família devem buscar inserir-se em diferentes associações existentes e assumirem postos de lideranças, dentre outras práticas. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018).

Nessa evolução dentro da propriedade rural, é muito comum, devido à presença da cultura patriarcal, os homens da família passarem a controlar o processo das agroindústrias, até porque, como visto no primeiro capítulo dessa tese, o *habitus* – teoria defendida por Bourdieu (2014) – se faz presente nas expressões cotidianas e são tomados como naturais. Dessa forma, há o risco de, quando as mulheres passam a ser geradoras de renda, os homens quererem ser os controladores e gerenciadores da renda, e “essa é a realidade do Rio Grande do Sul, contra a qual luta-se e combate-se.” (CHIMINI, 2016, p. 171).

A maioria das participantes reconhece a melhora expressiva em suas vidas, inclusive ressalta uma mudança considerável no modo de pensar e viver a partir do momento em que se inseriram ativamente no Movimento. Esse cenário é condizente com a fala trazida por uma das participantes, referindo-se à sua própria mudança identitária, promovida pela convivência e aprendizados proporcionados pelo Movimento de Mulheres Camponesas: “nossa, mudou bastante! Eu tinha muita vergonha, era muito acanhada, hoje ainda sou. Ainda tenho dificuldade para falar [...]. Mas hoje eu vejo assim que eu consigo falar mais e participar e dar minhas opiniões também.” (P(MMC)5,

⁴ Participante do Movimento de Mulheres Camponesas, número 11.



2018)⁵. Enquanto isso, uma participante mais jovem afirmou que, em sua vida, nada foi alterado, pois já nasceu em meio aos movimentos sociais e sua avó, mãe e tias já participavam do Movimento, o que foi para ela exemplo de atuação feminina na vida privada e social. (P(MMC)6, 2018)⁶. Isso comprova que a cultura pode ser alterada, substituindo e incorporando novos comportamentos e, conseqüentemente, forjando novas identidades, algo que também é um dos resultados do Movimento de Mulheres Camponesas junto às famílias e à sociedade. (LARAIA, 2013). Nesse último relato, percebe-se, novamente, a presença das reflexões de Charles Taylor quanto à necessidade de se romper com padrões equivocados do reconhecimento, o que foi realizado num processo transgeracional.

As participantes que trouxeram em seus relatos algum tipo de conflito, de imediato informaram ter resolvido a questão por meio do diálogo: “só que eu disse que gostava e era bom e eu achei que era uma coisa que iria trazer vantagem para nós, e no final eu ficava três, quatro dias fora e ele nem se importava.” (P(MMC)11, 2018)⁷. Os aprendizados e conquistas das mulheres integrantes do Movimento, com o tempo, obtiveram repercussão positiva nas famílias e foram criados novos acordos verbais de convivência com o núcleo familiar. (CORDEIRO, 2006)⁸. Mediante a imparcialidade na família, uma participante acredita ter recebido o apoio familiar: “ninguém disse que não estava gostando, daí eu fui, ninguém me impediu e não sei se adiantaria me impedir.” (P(MMC)13, 2018)⁹. Essas são as narrativas de historicidade trazidas pelas integrantes participantes deste estudo, as quais denotam a força do Movimento diante das mulheres que se sentiram aptas e empoderadas para participar, de modo efetivo, de atividades e ações no Movimento de Mulheres Camponesas.

Inicialmente, pertinente ao programa governamental, aconteceram alguns entraves, entre eles a falta de informação e orientação na elaboração dos projetos por parte da assistência técnica e o preconceito dos gestores financeiros das agências financiadoras.

⁵ Participante do Movimento de Mulheres Camponesas, número 5.

⁶ Participante do Movimento de Mulheres Camponesas, número 6.

⁷ Participante do Movimento de Mulheres Camponesas, número 11.

⁸ Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro é assistente social, psicóloga e professora. Desenvolve pesquisas, estudos, projetos de extensão e processos educativos nas temáticas de mulheres, gênero e ruralidades, redes e movimentos de mulheres do campo, feminismos. Também coordena o site “Mulheres do Sertão” e a “Biblioteca Digital Vanete Almeida das Mulheres Rurais”.

⁹ Participante do Movimento de Mulheres Camponesas, número 13.



Na opinião destes, a produção das mulheres não auferia lucratividade, não valendo a pena investir nelas e sim no homem, o chefe da família. (SOF, 2006a). Essa questão se revela na fala de uma das participantes da pesquisa:

o Pronaf Mulher foi uma conquista das mulheres e que a gente tinha de acessar nos municípios. Então a nossa briga foi por ser vistas como agricultoras. A gente ia aos municípios, ia para o Banco do Brasil, os gerentes diziam que não existia, que estávamos loucas. E nós afirmando que existia sim essa linha de crédito voltada para as mulheres agricultoras, que veio de uma Lei sancionada e que a gente tinha o direito. E eles pediam que os maridos viessem na agência e nós argumentando que a gente não precisava dos nossos maridos. Afirmávamos que nós éramos mulheres agricultoras e que nós queríamos tirar. Então foi uma briga, nós compramos várias brigas nos bancos. Até que no fim a gente conseguiu. Eles tiveram que ir atrás se informar e procurar a Lei, saber como funcionava para fazer os projetos. Foi muito bom isso. (PL(MMC) 2, 2018)¹⁰.

As integrantes dos grupos ou seus familiares, em sua grande maioria, obtiveram acesso às políticas públicas para as atividades, elaboraram projetos e acessaram recursos diretos advindos da Secretária do Desenvolvimento Rural Federal, os quais destinavam-se à aquisição de equipamentos. As participantes acessaram, ainda, o Pronaf Mulher¹¹, executaram a compra de equipamentos agrícolas, adquiriram placas solares para fonte de energia limpa e barata e habitação rural, com uma contrapartida de valores monetários irrisórios. (PL(MMC)1; PL6; PL3; PL2, 2018)¹².

Sobre a violência contra as mulheres participantes ou no ambiente que convivem familiar e socialmente, como apontado no segundo capítulo da tese, salientam-se as dificuldades encontradas no movimento em relação à predominância do machismo sobre as mulheres, posicionando-as como eternas subalternas ao poderio masculino. (PL(MMC)2, 2018)¹³. Quando questionadas sobre a existência de violência contra as mulheres do campo, as participantes responderam de forma positiva. (PL(MMC) 2; PL3; PL4; PL5, 2018)¹⁴. A análise acerca da resposta seria a de que a violência ocorre mais

¹⁰ Participante líder do Movimento de Mulheres Camponesas, número 2.

¹¹ Tanto o Pronaf convencional acessado por homens e as demais modalidades quanto o Pronaf Mulher têm sustentação na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em especial nos art. 4º e 5º da Lei. No inciso III do art. 4º importa a inserção da igualdade na aplicação das políticas públicas, com respeito aos aspectos de gênero, geração e etnia. (BRASIL, 2006).

¹² Participantes líderes do Movimento de Mulheres Camponesas, número 1; 6; 3 e 2.

¹³ Participante líder do Movimento de Mulheres Camponesas, número 2.

¹⁴ Participantes líderes do Movimento de Mulheres Camponesas, número 2; 3; 4 e 5.



com as mulheres que não participam do MMC, porque ficam isoladas, sem apoio. (PL(MMC)2, 2018).

O Movimento de Mulheres Camponesas da região litorânea do Rio Grande do Sul realiza muitas formações continuadas sobre o tema violência contra a mulher, com a promoção de cursos, reuniões, distribuição e estudo de cartilhas sobre o assunto¹⁵. São realizados, ainda, debates e discussões sobre a valorização das mulheres e os papéis de gênero na sociedade, abaixo-assinados contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres, ações em prol da patrulha da Maria da Penha, dentre outras. (PL(MMC)2; PL5, 2018)¹⁶. As ações mencionadas são realizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul como forma de tentar desnaturalizar a violência doméstica e familiar contra as mulheres, o machismo e a lógica cultural patriarcal, sempre “reafirmando a necessidade de formar consciências a partir da formação política, participando de espaços públicos e coletivos que provoquem reflexão e ação concreta.” (CHIMINI, 2016, p. 171). Dessa forma, a luta contra a violência é uma constante do Movimento de Mulheres Camponesas.

Depois de ter apresentado as características principais que envolvem o Movimento de Mulheres Camponesas, do norte da região litorânea do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), segue-se com a abordagem das mulheres equatorianas estudadas, pertencentes à Organização de Mulheres Santa Marta (OMSM). A Organização de Mulheres Santa Marta está inserida geograficamente na paróquia civil rural de San Isidro, localizada no cantão Sucre, na província de Manabí, no Equador, conforme mencionado na introdução ao estudo. San Isidro tem uma população aproximada de quinze mil habitantes e, destes, “51,8% são homens e 48,8% são mulheres.” (FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO, 2020, s.p., tradução livre)¹⁷.

No seio rural camponês onde vivem as mulheres participantes da Organização de Mulheres Santa Marta, aproximadamente “67% da população se dedica a atividades

¹⁵ A exemplo do estudo das cartilhas “Mulheres Camponesas: caminhando rumo à superação da violência” (2008), elaborada pelo MMC-BRASIL; a “Campanha de superação da violência contra a mulher e afirmação de seus direitos”, promovida pela Prefeitura Municipal de Pontão /RS; a campanha “Lilás Lei Maria da Penha Lei Federal 11.340/2006”, elaborada pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul, em 2013.

¹⁶ Participantes líderes do Movimento de Mulheres Camponesas, número 2 e 5.

¹⁷ No original: “51,8% son hombres y el 48,8% son mujeres.” (FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO, 2020, s.p.).



agropecuárias e 7% ao comércio.” (VÉLEZ, 2004, p. 16, tradução livre)¹⁸. A mulher inserida nesse ambiente realiza muitas atividades laborais.

As mulheres da Organização de Mulheres Santa Marta trabalham muito: elas se dedicam às crianças, aos animais, à horta, à roupa, à escola, à capela, mas esse trabalho não é remunerado e nem reconhecido. Por isso, o trabalho da mulher está, muitas vezes, invisibilizado, e essa consciência está introduzida nas próprias mulheres, as quais afirmam que não trabalham. A respeito da renda na família, se observa um descompasso em relação à renda auferida entre homens e mulheres. A renda dos homens representa uma maior porcentagem chegando a 6,45% de diferença em relação à mulher. (FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO, 2020).

A Organização de Mulheres Santa Marta advém da ramificação da Igreja Católica: a Cáritas Mulher. (CÁRITAS, 2022). A Cáritas¹⁹ é uma entidade promotora e atuante na linha de frente na ação social, trabalhando “na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.” (CÁRITAS, 2022, s.p.). No caso específico, o trabalho é direcionado a mulheres.

No ano de 1961, a Conferência Episcopal do Equador constituiu a federação “Cáritas do Equador” estabelecendo, inicialmente, um programa para a doação de alimentos e roupas para os equatorianos. Em 1971, a federação passou a atuar nas áreas de educação e saúde. Já no ano de 1980, foi inaugurada a Secretaria Nacional de Pastoral Social Cáritas Equador, a qual, no entanto, veio a ser legalmente constituída como uma organização independente da Secretaria Nacional de Pastoral Social Cáritas Equador, somente em 2010. Deste modo, tal secretaria ultrapassou a mera abordagem assistencialista, promulgando uma substancial mudança para o desenvolvimento humano integral das pessoas que prioriza questões ligadas à segurança alimentar, à gestão de riscos, à ajuda humanitária²⁰ e, também, ao desenvolvimento econômico sustentável,

¹⁸ No texto original: “67% de la población se dedica a actividades agrícolas y el 7% al comercio.” (VÉLEZ, 2004, p. 16).

¹⁹ Atualmente a entidade está presente e atuante em 23 Estados da América Latina. Ver mais em (CÁRITAS, 2022).

²⁰ A ajuda humanitária também se faz presente e necessária em razão de o Equador ser afetado por desastres naturais, especialmente terremotos, por estar localizado em uma região com elevada atividade sísmica. O



elevando objetivos transversais como a promoção da mulher e Direitos Humanos. (CÁRITAS, 2022, s.p.).

A Organização de Mulheres Santa Marta originou-se dentro da Cáritas, localizada na Arquidiocese de Portoviejo, em Manabí (Equador), fazendo parte do meio religioso e social, e está presente em 28 zonas geográficas na província de Manabí (Equador), as quais compreendem 128 grupos locais. As mulheres participantes pesquisadas pertencem à área geográfica da zona 15, localizada dentro do Cantão Sucre (Manabí). A zona 15 que, por sua vez, divide-se em 4 grupos locais, entre os quais está o grupo de mulheres do povoado (paróquia rural) de San Isidro, o grupo *San Lorenzo* (grupo número 68).

Em 2006, as mulheres integrantes da Organização Santa Marta abarcavam um número de cinco mil, distribuídas dentro das 28 zonas geográficas e em 128 grupos locais (GONZÁLEZ, 2006), como já mencionado, anteriormente. Atualmente, são “mais de 10.000 mulheres organizadas em 136 comunidades rurais da província de Manabí, construindo a igualdade entre mulheres e homens.” (ASOCIACIÓN MANABÍ, 2022, s.p., tradução livre)²¹. Além disso, são “256 projetos executados no Equador, na província de Manabí para erradicar as causas e os efeitos da pobreza.”²² (ASOCIACIÓN MANABÍ, 2022, s.p., tradução livre).

A Fundação Santa Marta e a Associação de Mulheres Santa Marta não estão subordinadas à Organização de Mulheres Santa Marta; elas encontram-se em posição de paridade horizontal e inserem-se dentro de uma rede de trabalho com as demais associações que integram a Rede Manabí, o caso da própria Organização de Mulheres Santa Marta (com a constituição jurídica de Associação e uma Fundação).

terremoto mais intenso, com magnitude 7,8, ocorreu em 16 de abril de 2016, atingindo a região litorânea, onde as participantes da pesquisa vivem. Desde 1950, mais de 5700 pessoas morreram como resultado direto de terremotos no Equador. (DADOSMUNDIAIS.com. 2022; DIÁRIO DE CAMPO, 2021a). Nesse sentido humanitário, também é desenvolvido pela Organização de Mulheres Santa Marta o Programa de Voluntariado, que consiste em uma oportunidade para estreitar laços com povos amigos, permitindo uma experiência que propicia algum sentido na vida dos sujeitos e sujeitas voluntários. Já foram à província manabita mais de 1.975 voluntários desde a criação do Programa, em 1993. (GONZÁLEZ, 2006). Ver mais em (ASOCIACION MANABI, 2022).

²¹ No texto original: “*Más de 10.000 mujeres organizadas en 136 comunidades rurales de la provincia de Manabí, construyendo la igualdad entre mujeres y hombres.*” (ASOCIACIÓN MANABÍ, 2022, s.p., tradução livre).

²² No texto original: “*256 proyectos realizados en Ecuador, en la provincia de Manabí para erradicar las causas y efectos de la pobreza.*” (ASOCIACIÓN MANABÍ, 2022, s.p.).



A Organização de Mulheres Santa Marta cresceu depois de muitos anos de trabalho organizado, desenvolvendo programas integrais que a posicionam como pioneira em muitos campos, principalmente no desenvolvimento de estratégias de integração socioeconômica. (GONZÁLEZ, 2006). Neste sentido, uma participante, que foi, inclusive, uma das idealizadoras da Associação de Mulheres Santa Marta, relembra:

quando começamos a trabalhar com as primeiras mulheres, não tínhamos ideia de até onde iríamos. Começamos a fazer artesanato e trabalhos manuais, depois passamos a armazenar café para vender numa altura em que os preços são bons para o produtor, e agora já temos um Fundo de 200 mil dólares, mas acima de tudo o mais importante é que conseguimos integrar todos os nossos projetos em programas, e demos forma e conteúdo a cada um deles. (P(AE)3, 2021, tradução livre)²³.

Para auxiliar os programas desenvolvidos, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Comunitário, pensando em atender às demandas do povo naquele momento. A necessidade de empréstimos financeiros para a produção nas terras foi um ponto fundamental para o Fundo, pois, no Equador, “as pessoas que vivem no campo geralmente têm um pedaço de terra, mas os bancos não emprestam porque não têm outros bens para hipotecar, e isso as torna mais vulneráveis à pobreza.” (P(AE)3, 2021, tradução livre)²⁴. Assim, foi por meio do Fundo Comunitário que os créditos para produção e comercialização dos produtos foram alcançados e distribuídos às famílias de camponeses necessitadas.

A Organização de Mulheres Santa Marta reconhece que a participação da igreja foi positiva e trouxe vantagens às mulheres. Uma dessas vantagens diz respeito ao fato de a maioria das pessoas a serem atendidas identificar-se como católicas, embora muitas não praticassem os valores cristãos. Por isso, essa seria uma boa forma de atingir a consciência das pessoas, uma vez que se falava em liberdade para as mulheres e igualdade entre seres

²³ Participante autoridade equatoriana, número 3. No original: “*Cuando comenzamos a trabajar con las primeras mujeres no teníamos idea de hasta donde llegaríamos. Comenzamos haciendo artesanías y trabajos manuales, luego pasamos almacenar café para venderlo en la época en que los precios son buenos para el productor, y ahora ya tenemos un Fondo de 200 mil dólares, pero sobre todo, lo más importante es que hemos logrado integrar todos nuestros proyectos en programas, y le hemos dado forma y contenido a cada uno de ellos.*” (P(AE)3, 2021).

²⁴ Participante autoridade equatoriana, número 3. No original: “*la gente que vive en el campo suele tener un pedazo de tierra, pero los bancos no les prestan porque no tienen otros bienes para hipotecar, y eso los hace más vulnerables a la pobreza.*” (P(AE)3, 2021).



humanos, discussão que representa parte importante da doutrina social da Igreja. Uma das participantes destaca que se falava em solidariedade, mudança, participação, erradicar os maus-tratos contra as mulheres, abolir a discriminação sexual, acabar com a pobreza e buscar o desenvolvimento. (P(AE)5, 2021)²⁵.

Sabedoras da precariedade estatal dos governos político-administrativos ao longo dos anos, importava à Organização de Mulheres Santa Marta que as autoridades se comprometessem e que as mulheres aprendessem a exigir seus direitos frente ao Estado. De outra parte, as mulheres da Organização estão igualmente cientes de que não será possível resolver todos os problemas estatais, embora demonstrem vontade de participar na resolução dos problemas sociais e tenham capacidade para isso. Nesse sentido, de acordo com uma participante nomeada de participante autoridade equatoriana, se faz necessário que a referida Organização assine convênios de colaboração com os governos. (P(AE)3, 2021)²⁶.

Acerca do ingresso das mulheres na Associação de Mulheres Santa Marta, uma participante relata a importância dada para a qualificação técnica e pessoal das participantes:

se uma mulher quiser participar de um projeto, garantimos que o projeto não seja apenas sobre produção, que ela semeia seu milho ou crie seu gado, mas ao mesmo tempo que ela seja treinada para fazer isso bem, que ela conheça seus direitos, que ela se integre mais no grupo de mulheres, para realizar atividades de cunho social em sua comunidade, e para se transformar. Que ela de seus passos à frente como mulher. (P (AE)3, 2021, tradução livre)²⁷.

As mulheres necessitam da incorporação no mercado de trabalho como parte de uma transformação cultural ou emancipadora, mediante o recebimento de remuneração econômica entendida como uma forma de autonomia. (FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO, 2020). É nesse cenário que a Organização de Mulheres Santa Marta atua, desde 1997, por meio do Fundo de Desenvolvimento Comunitário. Este

²⁵ Participante autoridade equatoriana, número 5.

²⁶ Participante autoridade equatoriana, número 3.

²⁷ Participante autoridade equatoriana, número 3. No original: “*Si una mujer quiere participar en un proyecto procuramos que el proyecto no sea solamente de producción, que siembre su maíz o críe su ganado, sino que al mismo tiempo se capacite para hacerlo bien, que conozca sus derechos, que se integre más en el grupo de mujeres, que realice actividades de carácter social en su comunidad, y que se transforme así misma. Que dé pasos adelante como mujer.*” (P(AE)3, 2021).



resultou de uma política de solidariedade que tem levado as mulheres da Organização de Mulheres Santa Marta a destinar as suas poupanças para financiar projetos de produção agrícola, criar lojas e farmácias comunitárias, além de todos os projetos que deram origem ao surgimento de microempresas para o processamento da produção agrícola. No ano de 2005, o Fundo de Desenvolvimento Comunitário aportou empréstimos solidários no valor de US\$ 241.172,90 (duzentos e quarenta e um mil e cento e setenta e dois dólares e noventa centavos) a 1.329 (mil trezentas e vinte e nove) de suas associadas, integrantes da Organização de Mulheres Santa Marta. (GONZÁLES, 2006). O Fundo de Desenvolvimento Comunitário foi construído pelas próprias mulheres ligadas à Associação de Mulheres Santa Marta, onde, mensalmente, depositam em uma poupança da própria entidade, a quantia de cinco dólares. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021a).

A eficácia do Fundo de Desenvolvimento Comunitário reside na capacidade organizativa alcançada ao longo de dezoito anos de trabalho sistemático, bem como na consolidação da consciência solidária. As mulheres e suas famílias carentes de empréstimos para produção ou para montar um pequeno negócio podem recorrer ao Fundo de Desenvolvimento, o qual se torna, então, um instrumento funcional. Assim, em alguns casos, o primeiro fator a motivar as mulheres a integrar, como sócia, a Associação de Mulheres Santa Marta é o benefício econômico, o que ressalta um viés individualista de algumas participantes, que priorizam o interesse econômico. (P(AE)2, 2021)²⁸.

Depreende-se que o Fundo de Desenvolvimento Comunitário é concebido como um instrumento necessário para promover o desenvolvimento individual e coletivo no campo e na economia local. Dentre os projetos desenvolvidos e financiados pelo Fundo, estão pequenos comércios comunitários, farmácias comunitárias, criação de porcos, plantio de amendoim, milho e outras culturas, oficinas de costura, artesanato, instauração de comércio de roupas e peixarias, criação de cabras, perfuração de poços de água, reforma de casas, construção de latrinas, dentre outros. (GONZÁLES, 2006).

Uma das maiores conquistas da Organização de Mulheres Santa Marta foi a construção de dezessete casas de saúde comunitárias, que oferecem atenção à saúde primária para mais de vinte mil pessoas. (GONZÁLES, 2006). Conforme uma das participantes deste estudo em solo equatoriano, foi a partir de 1993 que se iniciou, de

²⁸ Participante autoridade equatoriana, número 2.



modo intensivo, o trabalho na promoção e desenvolvimento da saúde. Um programa deste porte requer coordenação, e têm sido delegadas responsabilidades dentro da própria estrutura social da Organização de Mulheres Santa Marta a nível provincial²⁹:

a realização de um programa de saúde é uma tarefa difícil e muito complicada. Por isso temos responsabilidades designadas em todas as comunidades, e são as mulheres que estão começando a ter o controle total das Casas de Saúde e de tudo que tem a ver com atendimento médico. Elas organizam as visitas dos médicos e o Promotor é quem o acompanha e leva os prontuários de cada paciente. Quando um paciente vem pedir atendimento, o Promotor de Saúde atende primeiro, e se necessário é ele quem completa o atendimento, mas se for um caso difícil, ele encaminha para o médico e o médico atende no posto, se necessário e muito urgente, caso contrário, aguarda a visita a ser feita em sua comunidade. É um bom serviço que se complementa com medicamentos muito baratos. Nas Casas de Saúde, os medicamentos custam quase metade do preço de uma farmácia de rua. (P(AE)3, 2021, tradução livre)³⁰.

O plano do Centro de Formação Profissional Santa Clara de Assis tomou proporções maiores com o apoio da Diocese de Lody (Itália), ampliando-se a estrutura do edifício a fim de aproveitar melhor as instalações, além de terem sido criadas as especialidades de formação técnica profissional em informática, costura e estética dentre outras, como já mencionado. O Centro de Formação Profissional Santa Clara de Assis destina-se a jovens do sexo feminino que não têm recursos econômicos para frequentar outros locais, e permite-lhes continuar a estudar para além da escola primária. Dessa forma, altera-se o destino de muitas meninas, pois é oferecido a elas um leque maior de opções para o futuro, as quais não envolvem apenas a busca por um marido aos quinze anos de idade. (GONZÁLES, 2006).

Para Mercedes D'Alessandro (2018), apesar das mudanças globais que vêm ocorrendo, os homens continuam sentindo-se como os responsáveis pelo sustento financeiro da família, pois conseguem os melhores empregos e, principalmente, no

²⁹ Equivale ao nível estadual no Brasil.

³⁰ Participante autoridade equatoriana, número 3. No original: “*Sacar adelante un programa de salud es una tarea difícil y muy complicada. Por eso hemos designado responsabilidades en todas las comunidades, y las mujeres son las que empiezan a llevar todo el control total de las Casas de Salud y de todo lo que tiene que ver con la atención médica. Ellas organizan las visitas de los médicos y el Promotor es el que compañía y lleva las fichas de cada paciente. Cuando un paciente llega a pedir atención, en primer lugar lo atiende el Promotor de Salud, y si procede, es él el que completa la atención, pero si es un caso difícil lo remite al médico y éste lo atiende en los dispensarios, si es muy urgente, y si no, espera a que se realice la visita en su comunidad. Es un buen servicio que se complementa con los medicamentos que son muy baratos. En las Casas de Salud las medicinas cuestan casi la mitad de precio que en una farmacia de la calle*”. (P(AE)3, 2021).



campo, são eles que têm os melhores rendimentos³¹. Assim, “um agricultor do interior de Manabí pode ganhar até três ou cinco dólares por dia, mas uma mulher, só por ser mulher, ganha a metade.” (PL(OSM), 1, 2021, tradução livre)³². Ao fazer esse relato, a entrevistada não demonstra indignação pelo fato de tais práticas de disparidade entre homem e mulher serem algo naturalizado, demonstrando a força do patriarcado no processo de formação identitária e cultural. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021a).

Nesse sentido, D’Alessandro (2018) pondera que se trata de uma sociedade estruturada nos moldes patriarcais porque a mulher que não vai trabalhar na roça, fica em casa cuidando dos filhos, alimentando-os, mantendo a casa, porém esse trabalho não tem valor monetário. Por isso, o homem é quem impõe as condições: ele manda e a mulher obedece. (D’ALESSANDRO, 2018). É importante frisar que as mulheres integrantes da Organização Santa Marta participam das atividades campesinas; entretanto, essas atividades não são realizadas em grandes proporções agrícolas de terra, pois a maioria possui pequenas propriedades. Elas se ocupam de seus roçados de mandioca, milho, hortas, criação de galinhas e suínos. Aos homens, cabe a tarefa de cuidar do bananal, pés de café e maracujá caso seja essa a produção agrícola na família. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021a).

A cultura patriarcal segue sendo dominante, mas “nós mulheres também somos muito machistas, porque é esse o nosso meio.” (P(AE)2, 2021, tradução livre)³³. Porém, “quando a mulher começa a trazer dinheiro para casa, o homem vê seu poder diminuído, e isso pressupõe um equilíbrio.” (PL(OSM), 1, 2021, tradução livre)³⁴. No entanto, “levar dinheiro para casa não significa que o problema já esteja resolvido. Essa é apenas uma forma da mulher ter menos obstáculos. Aqui nos ajudou a seguir essa estratégia, mas pode

³¹ Mercedes D’Alessandro é uma pesquisadora argentina, autora do livro “*Economía Feminista las mujeres, el trabajo y el amor*” (2018).

³² Participante líder da Organização Santa Marta, número 1. No original: “*Un campesino en el campo de Manabí puede ganar hasta tres o cinco dólares al día, pero una mujer, por el hecho de ser mujer, gana la mitad.*” (PL (OSM), 1, 2021).

³³ Participante autoridade equatoriana, número 2. No original: “*Las mujeres también somos muy machistas, porque ese es nuestro entorno.*” (P(AE)2, 2021).

³⁴ Participante líder da Organização Santa Marta, número 1. No original: “*cuando la mujer empieza a traer dinero a la casa, el hombre ve disminuido su poder, y eso presupone un equilibrio.*” (PL(OSM), 1, 2021).



ser que em outras sociedades, ou em outras condições, seja diferente” (P(AE)1, 2021, tradução livre)³⁵.

A autonomia financeira, infelizmente, pode estar associada à liberdade, embora existam mulheres que possuem autonomia financeira mas seguem submissas aos maridos por outras motivações. (FRASER, 2011). Por isso, a mulher deve ter outros elementos formativos que a levem a compreender o seu papel no lar e, por consequência, a ter uma verdadeira consciência dos seus direitos. (D’ALESSANDRO, 2018). Para a integrante da Organização de Mulheres Santa Marta, a maternidade não deve ser um limitante da atuação social em prol de mudanças da sociedade.

Mulheres camponesas também relatam a violência, maus-tratos e superações, bem como revelam que têm de pedir permissão ao marido ou companheiro para quase tudo. (FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO, 2020). Nesse contexto patriarcal, o marido é a lei, pois é a figura predominante que traz o sustento para a casa. (P(AE)2, 2021)³⁶. Assim, depoimentos de mulheres da Organização Santa Marta relatam maus-tratos, marginalização, exploração e, muitas vezes, esperanças perdidas, algo muito comum.

O Equador possui uma lei nacional, a Lei 103, implementada no ano de 1995, que, em seus 26 artigos, revela o teor de combate à violência contra a mulher e a família. No quarto artigo da referida lei, estão apontadas as três formas de violência intrafamiliar, quais sejam, a violência física, a violência psicológica e a violência sexual. (ECUADOR, V LEX, 2022).

A insatisfação contra a violência e o descaso da sociedade e do governo podem ser manifestos por diversas formas, entre elas a realização de passeatas, petições, música, pinturas, e também na forma de arte, como visto acima. Na imagem, calçados femininos na cor púrpura estão posicionados em um espaço público, representando a morte de mulheres por feminicídio, casos, muitas vezes, sem desfecho judicial. (MUJERES POR JUSTICIA, 2022)³⁷.

³⁵ Participante autoridade equatoriana, número 1. No original: “llevar dinero al hogar no supone que ya el problema está resuelto. Este es solamente un medio para que la mujer tenga menos obstáculos. Aquí nos ha servido seguir esa estrategia, pero puede ser que en otras sociedades, o en otras condiciones, sea diferente.” (P(AE)1, 2021).

³⁶ Participante autoridade equatoriana, número 2.

³⁷ Ver mais na página eletrônica na rede social (MUJERES POR LA JUSTICIA, 2022).



Os Centros de Atenção Integral Inicial são lugares/casas projetados para acolher mulheres que sofrem ou vivem a violência e necessitam de modo urgente um lugar para estarem protegidas. É um espaço transitório que oferta proteção, segurança e atenção integral. Além disso, aportam como finalidade a autonomia da mulher e o exercício de uma vida digna e livre da violência. Os Centros localizam-se em nove cantões provinciais e estão implementados em quatorze comunidades, a “**População total beneficiária do projeto em nível provincial: 560 mulheres ou suas famílias** e a população de cada uma das comunidades aproximadamente 10.000 pessoas indiretamente em 14 comunidades rurais da província de Manabí”. (SOCIALIZACION DE LA ESTRATEGIA, 2021, p. 2, tradução livre, grifo original)³⁸.

Os Centros de Atenção Integral Inicial compreendem os objetivos de gerar mecanismos para atender as mulheres vítimas de violência e fortalecer as redes de apoio de mulheres a fim de fomentar a sororidade com abordagem de cultura e paz, bem como propiciar condições para que a mulher seja sujeita de protagonismos e não apenas receptora de medidas protetivas. Dessa forma, busca-se, com os Centros, a transformação de uma mulher que foi vítima de violência, mas que também é uma mulher sujeita de direitos. (P(AE)3, 2021)³⁹. Nesses espaços, podem ser acolhidas mulheres maiores de dezoito anos de idade com seus filhos (se os tiverem) e que vivam em situação de violência de gênero. Podem advir de qualquer classe social, cultura, religião, etnia, profissão e, inclusive, de outra nacionalidade. Ainda, podem ser acolhidas mulheres que apresentam alguma incapacidade mental leve e/ou estejam em situação de violência. Meninas menores de idade, desde que acompanhadas por algum responsável, também podem ser acolhidas. As mulheres trabalhadoras do sexo que sofram violência de gênero, por questões de segurança, devem também ser acolhidas, desde que não exerçam a sua atividade no Centro. Ademais, é necessária a vontade manifesta da mulher e a denúncia da violência aos órgãos judiciais competentes. (SOCIALIZACION DE LA ESTRATEGIA, 2021).

³⁸ No texto original: “*Población beneficiaria total del proyecto a nivel provincial: 560 mujeres y sus familias y la población de cada una de las comunidades aproximadamente 10.000 personas de forma indirecta en 14 comunidades de la provincia de Manabí.*” (SOCIALIZACION DE LA ESTRATEGIA, 2021, p. 2, grifo original).

³⁹ Participante autoridade equatoriana, número 3.



Porém, mesmo com todas as iniciativas e intervenções, o despertar da mulher, manifesto em sua inclusão na vida social, política e na tomada de decisões, ainda esbarram nas relações de gênero em San Isidro, pois, no contexto local, a participação das mulheres encontra-se relegada e diminuída. (FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO, 2020). Projetos que nascem de mulheres têm como princípio prestar um serviço voltado às necessidades mais urgentes das comunidades. Este serviço é baseado no princípio da solidariedade que nos move a organizar as pessoas para alcançar a mudança que a humanidade precisa nesses tempos difíceis. Mulheres, trabalhando em equipe, demonstram que são capazes de conciliar interesses, articular pontos de vista e, ainda, responder às necessidades exigidas atualmente pela população. Por outro lado, a mulher aparece como sujeita de transformações, pois passa a liderar, na prática, novas formas de mudança, e isso dá mais sentido à sua luta pela emancipação. A experiência demonstra que os homens começam a vê-las como pessoas, no caso, mulheres capazes de realizar tarefas outrora apenas compreendidas como realizáveis apenas por homens. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021a).

O objetivo estratégico da Organização de Mulheres Santa Marta é a integração plena das mulheres ao entorno social, econômico, político e cultural do país. Alcançar este intento passa por resolver problemas como o maltrato, o acesso ao trabalho, a educação, a formação e o direito à saúde. Segundo uma participante, a estratégia adotada pela Organização para promover a mulher tem impulsionado a participação ativa das associadas em cinco campos, a saber: “a mulher como sujeita de crédito, a mulher como vínculo econômico entre a família e a sociedade, a mulher como transmissora e educadora dos valores sociais, a mulher como sujeita socialmente ativa e impulsionadora de mudanças culturais.” (P(AE)3, 2021, tradução livre)⁴⁰.

A estratégia que a Organização de Mulheres Santa Marta tem seguido para o desenvolvimento está assentada na premissa de que, para alcançar o bem-estar de todas as famílias, o desenvolvimento integral de cada comunidade é essencial. Assim, procura-se, em primeiro lugar, o desenvolvimento local, para depois promover um desenvolvimento mais geral que beneficie todas as comunidades da província. Uma das

⁴⁰ Participante autoridade equatoriana, número 3. No original: “*la mujer como sujeto de crédito, la mujer como vínculo económico entre la familia y la sociedad, la mujer como transmisora y educadora de valores sociales, la mujer como sujeto socialmente activo y promotor de cambios culturales.*” (P(AE)3, 2021).



participantes, rememorando os erros, aprendizados e avanços na trajetória da Organização de Mulheres Santa Marta, explana: “modificamos nossa realidade como mulheres, fomos além dos nossos próprios objetivos, já que passamos de oito mulheres, para mais de dez mil, passamos de fazer artesanato e falar dos nossos problemas em casa, para falar de mudanças no sistema social e econômico.” (P(AE)3, 2021, tradução livre)⁴¹, conforme apresentado.

Considerações finais

Diferentemente do que ocorre com as mulheres brasileiras que integram o Movimento de Mulheres Camponesas, as participantes equatorianas ainda não adquiriram uma integralidade de condições dignas de trabalho no campo. Enquanto no Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas busca pela equidade de gênero nas relações de trabalho do campo entre homens e mulheres como política pública; recursos econômicos que fomentem seus próprios interesses como mulheres camponesas; além de lutarem contra os pacotes tecnológicos para o campo, os quais oprimem e devastam a natureza.

As breves atuações aqui relatadas do Movimento de Mulheres Camponesas e da Organização de Mulheres Santa Marta e suas perspectivas em relação ao meio ambiente, bem como o envolvimento e execução de diversos projetos de proteção ambiental, denotam que ambos atuam de modo muito significativo em suas regiões, impactando e transformando a realidade das famílias, da sociedade e também dos espaços onde vivem. Assim, ao finalizar o breve pincelar sobre a pesquisa que tratou dos processos emancipatórios das camponesas integrantes dos dois movimentos sociais estudados, percebe-se que estes influenciaram muito na (re)construção das identidades das participantes e, ao mesmo tempo, influenciaram mudanças no âmbito familiar, muito embora elas sigam tendo problemas nesse espaço e, paradoxalmente, ainda que tenham se emancipado, não lograram avançar em todas as práticas culturais patriarcais. Todavia, não se pode negar que, mesmo com muita resistência social para com essas mulheres que

⁴¹Participante autoridade equatoriana, número 3. No original: “*modificado nuestra realidad como mujeres, hemos caminado más allá de nuestros propios objetivos, pues pasamos de ser ocho mujeres, a ser más de diez mil, pasamos de hacer artesanías y hablar de nuestros problemas caseros, a hablar de cambios en el sistema social y económico.*” (P(AE)3, 2021).



não se moldam aos padrões sociais tidos como corretos, elas conquistaram respeito e reconhecimento social.

Referências

ASOCIACIÓN MANABÍ. **20 años promoviendo la solidaridad entre los pueblos del mundo**. Memória de actividades. 2016. Disponível em: <https://cdn.website-editor.net/bb0e4e8f50b544e587603f75afe4a030/files/uploaded/Memoria%2520de%2520actividades%25201996-2016-reducida.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução do original francês de Maria Helena Kühner. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

CÁRITAS. **Cáritas Brasileira**. 2022. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CÁRITAS. **Equador**. 2022. Disponível em: <https://www.caritas.org/where-caritas-work/latin-america/ecuador/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CHIMINI, Leticia. A opressão contra a mulher não é o mundo que a gente quer: enfrentamentos a partir do MPA do Rio Grande do Sul. In: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli [Orgs.]. **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 167-183.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide [Orgs.]. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 145-172.

D'ALESSANDRO, Mercedes. **Economía feminista: las mujeres, el trabajo y el amor**. 2. ed. Colombia: Editora Géminis, S.A.S. 2018.

DADOSMUNDIAIS.com. **Terremotos no Equador**. 2022. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/ecuador/terremotos.php>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DIÁRIO DE CAMPO, 2021a. Conforme autorização da pesquisa sob o parecer nº 5.085.931.



DIÁRIO DE CAMPO, 2018. Conforme autorização da pesquisa sob o parecer n° 2.495.86.

ECUADOR. **Ley 103.** Ley contra la violencia a la mujer y la familia. 1995. Disponível em: <https://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/ecuador/leyes/leyviolenciamujer.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. **Associação de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas da região litorânea.** Três Cachoeiras, 2018.

FRASER, Nancy. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista». In: FRASER, Nancy; GAMUNDÍ, María Antonia Carbonero; VALDIVIELSO, Joaquín (Coords.). **Dilemas de la justicia en el siglo XXI:** género y globalización. Palma de Mallorca: Edicions Uib, 2011. p. 217-254.

FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. **Infancia Plena.** Historias de los niños y las niñas de San Isidro. San Isidro: Gertu Inprimategia, Oñati, Gipuzkoa, 2019.

FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. Prática de lavar roupa no rio. In: FUNDACIÓN RAICES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. **Infancia Plena.** Historias de los niños y las niñas de San Isidro. San Isidro: Gertu Inprimategia, Oñati, Gipuzkoa, 2019. p.81.

FUNDACIÓN RAÍCES Y SUEÑOS DE SAN ISIDRO. **Proyecto de recuperación de la cultura montubia y creación del museo de la cultura montubia en la parroquia de San Isidro.** Acuerdo Ministerial n° DM -2020-0054 del Ministerio de Cultura y Patrimonio de 30 de abril de 2020, RUC: 1391915160001.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços.** 9. ed. Tradução do original espanhol de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GONZÁLEZ, Luis Padilha. Centro de acopio. In: GONZÁLEZ, Luis Padilha. **Pasos de mujer en busca de la libertad y los derechos de las mujeres ecuatorianas.** Recoopilación de la experiencia de lucha de la Organización de Mujeres Santa Marta. 1.ed. Manabí: Asociación Manabí, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução do original alemão de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

JORNADA da Via Campesina mobiliza 10 estados contra os agrotóxicos. **La Via Campesina.** 08 de março de 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/-index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1121-jornada-da-via-campesina-mobiliza-10-estados-contra-agrotoxicos>. Acesso em: 23 out. 2022.



LARAIA, Roque Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MUJERES POR LA JUSTICIA. Mujeres unidas por la justicia y defensa de nuestros derechos. **Facebook**. 12 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/mujeres.porlajusticia>. Acesso em 12 dez. 2022.

PIES, Nei Alberto; FIOREZE, Cristina [Orgs.]. PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO RS. **Campanha de superação da violência contra a mulher e afirmação de seus direitos**. Prefeitura Municipal de Pontão/RS. Departamento de Assistência Social-Secretaria Municipal de Saúde, Pontão/RS, 2004.

SECRETARIA ESTADUAL DA AMTR-RS. Associação de mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul. **Soberania alimentar**: compreensão e ação na luta camponesa. (Cartilha). Passo Fundo: Editora Battistel, 2007. p 01-55.

SCHNORRENBERGER, Neusa; ANGELIN, Rosângela. Mulheres camponesas no Brasil: a luta por direitos de cidadania e reconhecimento identitário. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 38-57, 2018a. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/234>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SOF - SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Vocabulário de livre comércio e agricultura”. In: SOF - SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Agricultura na sociedade de mercado**: as mulheres dizem não à tirania do livre comércio. São Paulo: SOF, 2006a, p. 69-71.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: examinando a política do reconhecimento. Tradução do original inglês de Marta Machado. Lisboa: Piaget, 1994. p. 45- 94.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y "la política del reconocimiento"**. 1. ed. Ciudad de México: Editora Fondo de Cultura Económica. 2022. *E-book*.

VÉLEZ, José Francisco Garcia. **San Isidro ciudad sagrada vision cultural** – retrospectiva de ciscala comunidade manabita en el centro del mundo. Portoviejo: Imprenta y gráfica Hidalgo Pedro G. y Garcia M. 2004.